



**Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado
do Rio de Janeiro**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro



Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS

Licenciatura em História

/Unirio/Cederj/Cecierj

Paulo Cesar de Almeida Barros lopes

**A COVID 19, O RETORNO ÀS AULAS E O CUSTO SOCIAL DO
FECHAMENTO DAS ESCOLAS- O QUE PODE SER FEITO?**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“A crise amplifica a necessidade de estarmos conectados. Essa mudança deve partir da própria comunidade educativa. Os bons líderes não estão nos gabinetes decretando ordens, estão envolvidos na solução, de forma ativa. O Governo afinal está muito longe de ter um efeito sobre o que acontece nas salas de aula”, disse Andreas Schleicher¹, principal responsável do relatório PISA da OCDE.²

¹ Andreas Schleicher is Director for Education and Skills, and Special Advisor on Education Policy to the Secretary-General at the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) in Paris. Disponível em: < <http://www.oecd.org/education/andreas-schleicher.htm>>. Acesso em:<24/06/2020>.

² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-23/professores-terao-que-mudar-seu-jeito-de-ensinar-depois-da-quentena.html>. Acesso em :<26/06/2020>.

Andreas Schleicher considera que o custo social pelo fechamento das escolas durante esse período de pandemia tomou um tom dramático. Por que esse pesquisador estatístico no campo da educação tem essa preocupação? Em entrevista ao jornal El País em 23 de abril de 2020 ele esclarece alguns pontos que nos fazem refletir no que poderá ser feito para que o retorno às aulas não torne ainda mais agudo o abismo social que existe no mundo, pois de acordo com seu conceito, a ESCOLA é o maior igualador social que existe, na sua opinião, “é o único lugar onde todas as crianças recebem o mesmo tratamento, independentemente da situação pessoal que cada um tenha em casa”.

Uma das suas maiores preocupações é justamente a dificuldade dos alunos que não possuem recursos tecnológicos para acompanharem os alunos que os possuem, pois para ele a situação pode ser assim considerada paradoxal porque dentro do quadro apresentado, a situação que poderá ocorrer quando os alunos retornarem será a seguinte: provavelmente, alunos que tiveram mais acessos às tecnologias e aos conteúdos apresentados, na sua opinião, esses alunos citados voltarão entusiasmados, com muitas aprendizagens on-line que os terão enriquecido, graças ao apoio de suas famílias. Já os de menor condições financeiras e com pouco acesso às tecnologias e aos conteúdos, provavelmente, chegarão desmotivados. Sendo que dentro deste prognóstico, o mais interessante é que Andreas Schleicher estava se referindo ao retorno das aulas nos países europeus. O que isso significa?

Analisando de uma forma bem fria, se na Europa, que existe uma estrutura mais sólida no sistema educacional, e este especialista fez esta previsão sombria, como será esse retorno nas escolas aqui no Brasil, tendo em vista que estamos muito atrasados em relação aos países europeus na estrutura da educação de base e no ensino médio? E para piorar, não temos uma política eficiente de saúde pública no combate ao corona vírus, sendo que cada estado é uma “ilha” no combate a pandemia. E para piorar o Brasil é um país de dimensões continentais, dificultando ainda mais a unificação de políticas públicas sanitárias para estancar a “sangria” da ineficiência governamental em todas as esferas no combate à pandemia, apesar dos incontáveis esforços dos profissionais da saúde, principalmente, e das demais categorias envolvidas neste combate, bem como no estabelecimento de diretrizes básicas para o retorno seguro dos alunos das rede pública e particular. No entanto, além de nos aprofundarmos na questão de saúde, é importante considerar os outros fatores que estão envolvidos no processo de retorno às aulas no durante a flexibilização e no pós-pandemia.

No primeiro Fórum Ler e Pensar realizado pelo Instituto GRPCOM, no dia 30 de março 2019, na Universidade Positivo, em Curitiba que tratou do assunto sobre “Conexões para uma educação transformadora”; o objetivo deste círculo de palestras foi evidenciar práticas inovadoras em sala de aula, as quais visam incentivar aos professores usarem as mídias digitais dentro da sala de aula como instrumento pedagógico. Não obstante, é importante lembrar que as mídias digitais não irão substituir o processo de aprendizagem inserido no contexto da criação e do saber, pois este recurso torna-se uma alternativa aos métodos tradicionais, no entanto, pode-se destacar que o uso de mídias é importante no processo de ensino-aprendizagem. É bem sabido que vários profissionais da educação estão procurando se adaptar ao uso de mídias digitais no ensino, bem como as escolas em geral têm feito adaptações para o uso de novas tecnologias, no entanto, vale ressaltar que, ainda faltam muitos passos a serem dados para a efetivação do uso deste recurso alternativo pelos professores em sala de aula, tendo em vista que grande parte destes professores não possuem treinamento ou não se interessam pelo uso destes recursos. Segundo Camila Fattori³, psicóloga e coordenadora pedagógica da Comunidade Educativa CEDAC, “É necessário dar ao professor o mínimo de conhecimento e treinamento”.

A DISCUSSÃO NA SUA GENERALIDADE

Com respeito ao acesso dos alunos à tecnologia da informação, poderíamos destacar o pensamento de Pierre Bourdieu⁴ que trata da questão do capital cultural. É imperativo afirmar que segundo Pierre Bourdieu, este capital é adquirido antes mesmo do aluno ir para a escola, pois segundo ele, este capital é fornecido pelo meio no qual a pessoa vive, sendo que ele é responsável pela desigualdade social. Sendo que este capital cultural é um grande impeditivo para a mobilidade social, através da qual o indivíduo supostamente ascenderia de uma classe para a outra. Fato que segundo ele é praticamente improvável devido ao fato da

³ Camila Campos Tinoco Fattori- Graduada em Psicologia e pós-graduada em Psicopedagogia. “Disponível em “:<<https://www.escavador.com/sobre/10818049/camila-campos-tinoco-fattori>>. “Acesso em” :<12/08/2019>.

⁴ Pierre Bourdieu Sociology, Centre de Sociologie Européenne, Collège de France; fonte: https://scholar.google.com.br/citations?user=d_lp40IAAAAJ&hl=pt-BR&oi=ao; “Acesso em” <25/02/2019>.

elite continuar sendo a mantenedora deste capital cultural cuja mesma não permite a absorção deste capital pela classe dos desfavorecidos, conforme destacou Manuel Hespânia em seu artigo A Mobilidade Social no Antigo Regime⁵. Maria da Graça Jacintho Setton, professora de Sociologia na Faculdade de Educação da USP, disse:

“Bourdieu argumenta que essas instituições seriam a família e a escola; seriam elas responsáveis pelas nossas competências culturais ou gostos culturais. De um lado, chamou a atenção para o aprendizado precoce e insensível, efetuado desde a primeira infância, no seio da família, e prolongado por um aprendizado escolar que o pressupõe e o completa (aprendizado mais comum entre as elites). De outro, destacou os aprendizados tardio, metódico e acelerado, adquiridos nas instituições de ensino, fora do ambiente familiar, em tese um conhecimento aberto para todos⁶”.

Tendo em vista esta linha de pensamento, podemos destacar que o capital cultural enfatizado por Bourdieu pode ser aplicado no tocante ao acesso de informação que nossos alunos possuem. Para entender este capital cultural é interessante fazer uma abordagem da pesquisa do IBGE⁷ no que diz respeito aos dados sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Brasil em 2017 que trata das questões relativas ao acesso à internet, à televisão e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Desta feita, conforme demonstrou a pesquisa.

Em 2017, a Internet era utilizada em 74,9% dos domicílios brasileiros, estando disseminada na maioria dos domicílios em todas as Grandes Regiões. Em relação aos

⁵ HESPANHA, Antônio Manuel - A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime, página 15 e 23- Tempo, 2006 –“Disponível em”:< SciELO Brasil> “Acesso em”:<05/03/2019>.

⁶ Uma introdução a Pierre Bourdieu “Disponível em”:<<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>>. “Acesso em” <25/02/2019>.

⁷ “Disponível em”:<<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. “Acesso em” :<12/08/2019>.

domicílios localizados em área rural, a pesquisa destaca a indisponibilidade do serviço de internet na área (21,3%). Entre os brasileiros de 10 anos ou mais de idade, 69,8% utilizaram a Internet no período de referência da pesquisa. Os menores percentuais foram observados nas Regiões Nordeste (58,4%) e Norte (60,1%). De acordo com a pesquisa ficou evidente que o celular é o recurso mais usado para se acessar à Internet. Os números da pesquisa demonstraram que em 98,7% dos domicílios com acesso à Internet, o telefone móvel celular era utilizado para este fim. Na sequência veio o microcomputador (52,3%). Com um número mais modesto vem a utilização da televisão que chega a um percentual de 16,1% dos domicílios em que havia acesso à Internet, e o tablet em 15,5%.

Outro ponto importante desta pesquisa diz respeito à finalidade do uso da internet é o uso dela para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens, que perfaz um percentual de 95,5% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a rede. Na sequência, as conversas por chamadas de voz ou vídeo anotaram um percentual de 83,8% dessas pessoas, além de assistir vídeos, inclusive programas, séries e filmes com um percentual de 81,8% e, por último, enviar ou receber e-mail que anota um percentual de 66,1%.

A pesquisa também abordou a posse de microcomputador, tablet, telefone fixo e celular, sendo que nesta abordagem foi constatado que em 43,4% dos domicílios brasileiros possuem microcomputador e um percentual de apenas 13,7% possuem tablet. Em relação à televisão percebe-se que a mesma faz parte de quase todos os domicílios, pois só em 3,3% dos domicílios do país não havia televisão em 2017, sendo que a Região Norte continuou detendo o maior percentual de domicílios sem televisão (7,2%), enquanto a Região Sudeste permaneceu com o mínimo deste indicador (2,2%).

Mesmo a pesquisa indicando que a grande maioria da população possui TV, infelizmente são poucos os programas educacionais disponíveis em TV aberta, pois a maior parte do acesso a tais programas estão na TV paga. Outro fator preponderante nessa questão é o acesso à internet, pois apesar de aparentemente este acesso ser democrático, muitos jovens não usam a internet para fins educacionais, e a grande maioria não possui computador pessoal para este acesso. Sendo assim, esta situação se torna um empecilho para a implantação e utilização do ensino à distância tanto no ensino fundamental, bem como no ensino médio. Isso mostra também que existe uma desigualdade dentro do espaço

educacional, identificado por Bourdieu como a falta do capital cultural, sendo que essa desigualdade já existente está sendo acentuada por essa crise sanitária que se acometeu em quase toda a população mundial.

Levando em consideração, de acordo com especialistas da Europa, que cada mês o fosso da desigualdade vai aumentando de forma exponencial, logo, o combate errôneo da epidemia vai aumentando o abismo social entre os alunos. É de suma importância que os políticos brasileiros observem a situação e se envolvam de tal forma para que tenhamos a capacidade de desenvolver um protocolo de retorno que além das orientações sanitárias, possuam também diretrizes pedagógicas justamente para que não se acentue o fosso da desigualdade social que a pandemia já está causando em progressão geométrica. E como nada será como antes, é preciso urgentemente que se desenvolvam estratégias para que esse retorno possa ser o menos traumático possível. Bruno Leal Pastor, editor da revista eletrônica de História, traduzindo uma matéria de Laura Chaparro, cita as palavras de Hetan Shah, diretor executivo da Academia Britânica, que diz: “Se quisermos superar esse vírus, precisaremos da experiência e do conhecimento de uma ampla variedade de disciplinas, desde ciências sociais e humanas até medicina, biologia e engenharia”. Nesse artigo destaca o papel das Ciências Humanas para tentar impedir que o aumento da pandemia. O artigo menciona o papel importante dos antropólogos, psicólogos, e sociólogos, deixando claro a seguinte situação: mesmo que o trabalho destes profissionais não seja objeto de manchetes na mídia, suas atuações devem ser levadas em consideração, principalmente por conta das experiências de epidemias e pandemias anteriores.

Tendo em vista a situação urgente, é importante destacar que a preocupação das pessoas no que diz respeito ao retorno às aulas, é bem latente. E isso vem se evidenciando através dos números de uma pesquisa recente realizada pelo DATAFOLHA⁸ na qual mostra que para 76% dos brasileiros, as escolas deveriam continuar fechadas. Na opinião dos entrevistados que estão inseridos em todas as faixas etárias, faixas de renda e pesquisados em todas as regiões do país, ficou claro, com os números da pesquisa, que a maioria da população não deseja que as aulas presenciais sejam retomadas. Percebemos alguns estados brasileiros tomando a iniciativa de desenvolver projetos de retorno dos alunos às aulas, mas como não existe fórmula mágica, esse processo de retomada é mais espinhoso do que parece,

⁸Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/para-76-dos-brasileiros-escolas-devem-continuar-fechadas-aponta-datafolha.shtml> >. Acesso em: <27/06/2020>.

porque o mesmo não envolve somente as escolas públicas, mas também as escolas particulares. Além disso, envolve o transporte público, a capacidade dos hospitais no atendimento aos doentes da COVID 19 e o entorno dos alunos, que são seus parentes, professores e seus colegas de classe. Como estamos percebendo até aqui o caminho a percorrer é bastante árduo.

As ideias de retorno são muitas, mas a praticidade na efetivação delas é muito complexa. Por isso, entendo que para se conseguir um mínimo de coerência necessária para que este retorno aconteça, é ir além do campo saúde. É mister destacar que muito se fala sobre protocolos de saúde que deverão ser implantados nas escolas, fala-se também do prejuízo financeiros que as escolas particulares estão acumulando por conta dessa situação ímpar, e em especial destaca-se a crise econômica que sobrevém em virtude do isolamento social, necessário é claro, pois, por enquanto, é a única alternativa para conter o avanço da pandemia. Não obstante, dentro daquilo que lemos e ouvimos diariamente, fala-se muito pouco das perspectivas pedagógicas, do abismo social e intelectual que se acometerá aos alunos, e também em soluções práticas, as quais sabemos, nunca atingirão o desejo da igualdade, mas que poderão diminuir o impacto de mal que sobreveio a todos sem quaisquer distinções, mas que no final, tem seu impacto maior sobre as pessoas consideradas desassistidas na aplicação plena da palavra.

Como estão reabrindo e como reabrirão as escolas em alguns países da Europa? Conforme destacou o Jornal a Folha de Pernambuco, o retorno será da seguinte forma:

“Na Holanda, a solução para permitir a volta das aulas foi dividir as turmas em dois turnos, um pela manhã e outro à tarde. Na França, as turmas terão no máximo 15 alunos quando as escolas reabrirem. O número é a metade da ocupação média das classes antes da pandemia de corona vírus. A retomada das aulas vai começar com crianças entre 5 e 11 anos de idade, em 12 de maio. A partir do dia 17, começam a voltar alunos a partir de 12 anos, até a reabertura total, em 25 de maio”.⁹

⁹ Disponível em : <<https://www.folhape.com.br/noticias/na-europa-escolas-vaio-reabrir-com-distanciamento-entre-alunos/137906/>> . Acesso em : <25/06/2020>.

O jornal A Gazeta do Espírito Santo abordou o retorno às aulas na Dinamarca, onde foram adotadas medidas de distanciamento mínimo de dois metros entre cada aluno nas salas de aula, intervalo para o recreio em pequenos grupos, foram proibidas as reuniões de professores e entrada dos pais nas escolas e os alunos precisam lavar as mãos a cada uma hora. Na China, que tem dimensão continental as regras variam de acordo com o grau de contaminação, mas algumas medidas adotadas são comuns a maioria das regiões tais como, uso obrigatório de máscaras, medição da temperatura na entrada, desinfecção através de tendas instaladas nas escolas, proibição sistemática de aglomerações, distância mínima de um metro entre os estudantes nas salas de aulas. Já em Israel as medidas básicas adotadas foram as seguintes: o uso da máscara, na hora do recreio a manutenção do distanciamento mínimo estabelecido pelos órgãos de saúde e a proibição de divisão de lanches entre os alunos.¹⁰

Vimos aqui que os procedimentos são muito próximos, mas isso não significa que darão certo em sua plenitude. A situação de cada país varia em muitos sentidos, não obstante prestar atenção a tais medidas é de suma importância para se criar um “norte” na tentativa de retomar as aulas aqui no Brasil. De qualquer forma, é notório mencionar que a questão cultural e econômica são fatores fundamentais que diferenciam as decisões de vários países, europeus, asiáticos, e as decisões que serão tomadas aqui no Brasil.

Andreas Schleicher em sua entrevista abordou uma questão que precisa ser levada em consideração. Em sua fala ele deixou claro que sem educação não tem como existir a economia, tendo em vista que segundo seu conceito, “O futuro dos nossos países depende da educação; as escolas de hoje serão a economia de amanhã”. Conceito esse razoável, pois quando ele vem acompanhado de fatos, deixa claro a sua eficácia. Tanto que a título de exemplo dado por este pesquisador, foi a China. Esse país asiático teve a ideia de lançar uma plataforma de aprendizagem, a qual fora disponibilizada gratuitamente, que possui na nuvem 7.000 servidores e 90 terabytes de banda larga. Sendo que toda essa capacidade oferece a oportunidade de acesso a mais de 50 milhões de pessoas simultaneamente. É um exemplo sério a ser levado em consideração. De onde veio o dinheiro para montar toda essa estrutura na China? Por incrível que pareça, a maior parte foi doada por companhias tecnológicas. Isso mostra que para que consiga um retorno às aulas de forma menos impactante negativamente

¹⁰ Disponível em: < <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/coronavirus-no-mundo-como-os-paises-estao-retomando-as-aulas-0520>>. Acesso em: <25/06/2020>.

será necessário o comprometimento de toda a sociedade nesta empreitada, incluindo as empresas particulares, públicas e principalmente o governo.

É válido destacar que quando falamos de governo, é imprescindível mencionar que estamos nos referindo a todas as esferas, pois todos têm suas responsabilidades nessa questão. O governo Federal tem o MEC¹¹(Ministério da Educação) que é responsável pela estruturação do processo educacional na criação e manutenção das diretrizes pedagógicas e na condução e fiscalização na questão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), atuando no desenvolvimento de políticas públicas educacionais, principalmente em caráter de excepcionalidade por conta do momento ímpar que vivemos atualmente. Os governos estaduais e municipais atuam na execução e praticidade destas diretrizes, já os poderes legislativos, Câmara Federal, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Legislativas Municipais fiscalizariam essas ações. E Poder Judiciário e o Ministério Público em todas as suas esferas fazendo valer a execução das tarefas sem os desvios de objetivo para que os recursos destinados a este fim sejam bem empregados.

É claro que tal situação mencionada no parágrafo anterior parece uma utopia em virtude da instabilidade política que vivemos atualmente, mas não é impossível, pois ainda dá tempo porque temos mais atores que estão envolvidos neste processo, mas ainda não foram inseridos de forma plena- são os professores e a comunidade escolar em geral. Exemplificando: é interessante mencionar que no universo educacional é perceptível o receio para se retornar as aulas sem ter no mínimo uma segurança plausível, receio este que é coerente e tem bastante sentido. No entanto, fica claro também que na sua grande maioria, os profissionais de educação ainda não perceberam que o papel dos mesmos é de importância crucial para este retorno, pois mesmo que a possa criar um milhão de

¹¹ O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de educação;

II - educação infantil;

III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;

V - pesquisa e extensão universitária;

VI - magistério; e

VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em: <25/06/2020>

procedimentos sanitários para o retorno das aulas, tudo será inócuo se os profissionais da educação não souberem realmente na prática implementar esses procedimentos. Sem dúvida nenhuma a questão da saúde é importantíssima, mas a questão pedagógica precisa urgentemente ser discutida de forma mais abrangente, envolvendo, se possível, todos os atores mencionados neste artigo. Não temos como voltar atrás. A pandemia está aí, não existe uma vacina a ser aplicada, não existe fórmula mágica para solucionar este problema de forma imediata. É peremptoriamente importante aceitar o “novo normal” e nos adaptarmos ao mesmo. Não conseguiremos resolver todas as questões de um dia para outro, por isso precisamos começar a desenvolver alguma coisa para que o processo de retorno tenha um início seguro tanto no contexto da saúde, no contexto pedagógico e no psicossocial.

Precisamos pensar em projetos de curto prazo, para aparelhamento tecnológico das unidades educacionais e capacitação dos profissionais de educação; e de médio e longo prazo para a implantação mais eficiente possível do retorno às aulas objetivando o menor impacto possível nas perdas que infelizmente os alunos terão. Precisamos amenizar o máximo que pudermos estas perdas. Pois, é interessante observar, por conta da questão cultural e outros fatores que não precisam ser mencionados aqui, o povo brasileiro, em sua grande maioria, infelizmente, pensa em soluções a curto prazo, por este motivo temos uma Constituição Federal promulgada em 1988, mas que já sofreu inúmeras mudanças, sendo que atualmente são 106 emendas, sendo a última datada de 07/05/2020. Ou seja, o “jeitinho brasileiro” está arraigado em nossas mentes quer voluntariamente quer involuntariamente. Então, para que possamos ser livrados dos grilhões desse “jeitinho”, precisamos agir, senão o que já está muito ruim, se tornará bem pior.

Então, o que fazer? Investir nos atores principais? Quem são eles? Os profissionais da educação, com destaque para os docentes, e os alunos. Começando pelo docente, temos que ser capazes de responder a seguinte pergunta: qual importância do processo de formação do docente na aplicação do uso das tecnologias de informação disponíveis? A formação do docente também contribui para a dificuldade de se desenvolver as atividades que necessitam do uso das tecnologias porque ainda não existe um investimento significativo dentro das Universidades para a implantação do ensino com o uso de mídias eletrônicas. Isso se dá porque além do Estado(em todas as esferas) não investir pesadamente nestes recursos, existe também a resistência de grande parte dos docentes na aplicação deles, levando em consideração que a maioria não é qualificada para utilizar estes recursos, então,

fica mais difícil a aplicação quando há necessidade de utilizar esses recursos, principalmente neste período de pandemia.

E para piorar essa situação, as medidas tomadas para conter a pandemia jogou por assim dizer no “colo” dos docentes o Ensino à Distância. E isso ocorreu de forma abrupta, dificultando ainda mais o processo de retomada das aulas, pois é digno de nota que a realidade dos profissionais de ensino e alunos da rede pública de ensino não é compatível com o EAD, em especial no Ensino Fundamental. Falando sobre o segundo segmento do Ensino Fundamental, conversando por WhatsApp com a Gabriela Laurindo, professora de Artes nas turmas de 6º ao 9º ano no município de Duque de Caxias- RJ e que paralelamente atua como coordenadora geral do SINDPEFAETEC no estado do Rio de Janeiro, perguntei a professora qual era a opinião dela sobre o uso do EAD no segundo segmento como opção de ensino, ela respondeu na íntegra o seguinte:

“Em tempos de uma pandemia histórica, a COVID-19, o EAD é visto por muitos como a solução para a educação em quarentena já que, em se tratando de ensino fundamental, podemos dizer que é um equívoco pensar nos protocolos sanitários de combate ao vírus em conjunto com a rotina de um ambiente escolar. Podemos falar também nos rodízios de alunos propostos com a lógica de reduzir, com razão, a quantidade de pessoas por metro quadrado e imitando realidades escolares tão diferentes de outros países. Nossa grade escolar no segundo segmento assim como nossos horários, por exemplo, é extremamente picotada, assim como o horário desses docentes. Dependendo do rodízio que se faça no segundo segmento dificilmente professores I e alunos se encontrarão mantendo a sua carga horária obrigatória ou mesmo razoável. Como falar em rodízio em que os alunos iriam às segundas e quintas – feiras, e um outro grupo às terças e sextas-feiras com os horários de um professor I, por exemplo? Falamos também sobre a imensa inacessibilidade da maioria de nossos alunos que, por muitas vezes, dividem um aparelho celular com dados móveis com várias pessoas de sua casa. Existem casos em áreas rurais em que um aluno caminha por quilômetros para conseguir acesso à rede wi-fi de algum estabelecimento ou pessoa que possa lhe ceder. Um EAD real e sério necessita plataforma e um mínimo de banda larga para acessar dados. Dependendo da região da qual falemos, vários de nossos alunos não contam sequer com água encanada ou mesmo escolas, muitas ainda contam com água de poço artesiano. Várias falas apontam para ideia de que é melhor atingir um público de 60% do que nada fazer, mas, quando se faz parte dos 40% excluídos a visão

é outra. A educação já tem sido um grande poço de exclusão. Também não vejo como combinar a realidade de nossas escolas públicas a tudo isso. O vírus não espera pelas promessas de governo com as quais a escola pública convive. Não há como entrar em uma escola e esperar por uma máscara que não chega assim como esperamos meses por diários de classe que chegam, muitas vezes, quase no meio do ano. E, somente por esses primeiros questionamentos, *ousou dizer que a COVID-19 e escolas públicas não podem conviver nesse país e nem tampouco o ensino remoto a não ser que os investimentos para educação sejam revistos assim como as prioridades. Proporcionar acesso remoto nesse país tornou-se atividade essencial. (o grifo é meu)*

A fala da professora Gabriela Laurindo externa de uma forma bem sóbria a questão do EAD, pois este sistema se tornou uma outra problemática para a efetivação do retorno as aulas. O estado de São Paulo tem sido um exemplo notório desta situação. E como São Paulo é o estado mais rico da federação e possui uma rede escolar nos três níveis de tamanho significativo, analisar o caso desse estado poderá nos dar condições de desenvolver algum procedimento que esteja ao alcance da maioria ou senão de todos os estados da federação.

Acompanhando o desenrolar da progressão da quarentena de São Paulo, fora percebido que a incerteza era a ordem do dia. Os paulistas pensaram na antecipação das férias escolares porque eles, da mesma forma que todo o Brasil, achavam que o problema seria passageiro e que logo voltaríamos a normalidade. Mas como isso não aconteceu, o plano seguinte foi a implantação do EAD. O empenho da Secretaria de Educação de São Paulo foi muito grande para se adequar ao EAD implantando uma plataforma de tamanho considerável. Mesmo assim o sucesso não aconteceu, por quê? Na reportagem da Dani Borges da BBC News Brasil de 11 de maio de 2020¹² a matéria declara o seguinte, “A iniciativa, porém, esbarra em uma dura realidade: dificuldades dos alunos, seja pela falta de internet ou estrutura familiar, e a falta de preparo dos professores para lidar com a plataforma e todas as mudanças na forma de ensinar”. Declaração esta que converge com o entendimento do pesquisador Andreas Schleicher e da professora Gabriela Laurindo.

Por que o modelo implantado não foi suficiente para cobrir as demandas? Segundo a professora, Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores da Educação Oficial do Estado de São Paulo, "para os professores, que estão na ponta do processo, está claro que esse modelo não funciona. Ele não é inclusivo e aumenta ainda mais

¹² Disponível em : <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52568678>>. Acesso em: <27/11/2020>.

as desigualdades". Para piorar a situação, segundo ela, essa proposta cria uma demanda sufocante sobrecarregando os docentes e os deixando estressados e exaustos. Isso faz sentido porque até certo ponto, estas condições causam também uma profunda depressão em alguns deles por conta da frustração causada pela ineficiência ou não cumprimento da proposta.

Vários fatores contribuíram e ainda contribuem para o fracasso da implantação do EAD nas escolas de São Paulo, dentre eles podemos enumerar de acordo com a reportagem da BBC News Brasil e segundo as informações da professora Neuza Ribeiro, coordenadora a Subsele da Apeoesp em Araraquara, são: "acesso à tecnologia, falhas na programação, falta de recursos, seja internet ou celular para dar conta das atividades". Infelizmente, parece que os desenvolvedores da metodologia não levaram em consideração a realidade dos professores e alunos. O mais interessante da reportagem é que ela menciona que o EAD também não funciona de forma plena nas escolas particulares.

Apesar de inúmeras tentativas e projetos desenvolvidos para ajustar o EAD aos alunos paulistas, ainda é perceptível as enormes barreiras para a implantação deste sistema de ensino, principalmente no primeiro segmento porque vai existir a dificuldade de implantação tanto na forma, bem como no conteúdo. Do mesmo modo que está ocorrendo em São Paulo, a pressão para que o EAD emplaque, ocorrerá em outros entes da unidade federativa brasileira. A resistência ao EAD ainda é muito grande na educação, com destaque para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. No que diz respeito as dificuldades relatadas, a reportagem da BBC News Brasil destaca as observações do professor Fabio Fonseca, Diretor Acadêmico da Faculdade FAEL em São Paulo. A implantação do EAD não é fácil, apesar desta ferramenta de ensino ter um valor de grande significado, no entanto é importante observarmos que para a implantação desta ferramenta se faz necessário uma boa organização e um bom treinamento dos docentes para executar o EAD. Fato este que não ocorreu no caso de São Paulo. Fabio Fonseca disse o seguinte, de acordo com a reportagem: "Viemos de um modelo presencial, numa mudança abrupta. Mas certamente é uma mudança sem volta. O processo online veio para ser uma ferramenta importante". Apesar da Faculdade na qual ele é diretor ter disponibilizado gratuitamente para os docentes cursos sobre EAD, o tempo de absorção aliado a implantação "à toque de caixa", com certeza dificultaram a eficácia do EAD nesse período de pandemia. Então, o que pode ser feito no caso dos professores para

enquadrá-los nesta nova realidade, que segundo o entendimento do professor Fabio Fonseca, não haverá volta.

Em um artigo falando sobre o uso de jogos no ensino¹³, abordei a importância do professor no processo de ensino-aprendizagem focando sua importante tarefa do professor no fazer pedagógico. Peña (2001) destaca que o docente não pode ser aprisionado pelo medo e comodismo porque, segundo ela, “é dialogando com outras áreas do conhecimento que podemos ampliar o conhecimento científico” (p. 330). Por conta do que fora destacado, é importante ressaltar que a preparação do docente se torna uma questão primordial em quaisquer reformas pedagógicas, como ressalta Piaget (1994, p. 25-26)

Neste artigo, abordei também que infelizmente, nas próprias faculdades os alunos são tratados justamente de forma retrógrada, que consiste na avaliação punitiva. Lembrei que no Brasil o processo de formação do docente é “engessado” e por conta disso as aplicações desse processo nas outras esferas da educação sempre serão contraproducentes tendo em vista a má formação do docente nesse aspecto. Por isso é imperativo afirmar que é de suma importância para nós docentes pararmos e refletirmos sobre como melhorar as grades e currículos escolares, ou seja, o acompanhamento pelos docentes das inovações metodológicas para melhorar o desenvolvimento do aprendizado dos alunos, principalmente porque estamos vivendo em tempos de difíceis, no qual as mudanças estão ocorrendo em uma velocidade inimaginável há tempos atrás. E para que consigamos acompanhá-las, precisamos, e muito, nos livrarmos dos grilhões do tradicionalismo retrógrado. Infelizmente estamos precisando urgentemente fazer isso por conta da dor.

Além das dificuldades dos docentes, é válido lembrar também que as escolas ainda não estão equipadas adequadamente para o uso de recursos tecnológicos, isso faz com que haja uma enorme dificuldade na aplicabilidade desta alternativa pedagógica, quer em salas de aulas, que seja de fora particular como vem acontecendo com muitos docentes, e para piorar, o uso dos equipamentos eletrônicos, principalmente o computador, têm sido divididos por toda a família, levando em consideração que cada membro possui suas necessidades específicas. Temos que repensar rapidamente como mudar a dinâmica para estabelecermos uma ordem de natureza infra estrutural mais eficaz voltada em especial para a capacitação

¹³ Disponível em :< <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/23/o-uso-de-jogos-no-ensino-e-suas-aplicacoes-praticas>>. Acesso em <27/06/2020>

do docente no uso dos recursos tecnológicos. Neste caso, a mudança necessitaria ser de caráter emergencial, levando em consideração que o tempo não para e não volta.

A gravidade sobre a questão da capacidade dos docentes ao uso de recursos tecnológicos é tão premente que na última edição do relatório sobre educação, a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis)¹⁴ mostrou que os professores brasileiros acabam perdendo muito tempo durante as aulas com questões de disciplina, gastando assim, um terço deste período aproximadamente com questões não-pedagógicas, sobrando 67% para as mesmas. Ou seja, se tivéssemos um direcionamento de esforços mais pontuais, acredito que o tempo perdido poderia ser usado para a capacitação do profissional de educação no uso das tecnologias. Mas como não adianta chorar o leite derramado, precisamos agir, pois este é o momento.

O que pode ser feito? Precisamos olhar com atenção o que o estado de São Paulo está fazendo. Não existe fórmula ideal, mas inúmeros fatores devem ser levados em consideração para fazer com que este retorno dos alunos não seja aplicado de forma banal e visando somente o interesse econômico dos empresários do setor educacional privado que têm exercido um forte lobby para que este retorno ocorra o mais rápido possível.

Levando em consideração que o Brasil ostenta os piores índices educacionais do mundo, é muito perigoso tratar a educação em todos os níveis, cidades e regiões conjuntamente como está fazendo SP, isso pode beirar ao absurdo. É preciso analisar algumas arguições, tais como: o que tem em comum uma criança de até 5 anos de idade na Educação Infantil com um adulto de 18 anos saindo do ensino médio e indo para o Ensino Superior? Como recuperar o atraso de seis meses de uma criança de até 5 anos? Não seria bom escutar outros especialistas que possam somar no processo pedagógico para o retorno das aulas, tais com: psiquiatras, psicólogos, psicopedagogos quanto pode ser afetada uma criança que tem seu desenvolvimento em confinamento, sem verdadeira sociabilização? Será o uso do computador, a vídeo conferência, enfim, o ensino à distância para alunos do Ensino Fundamental, principalmente o primeiro segmento, não seria muito mais que uma mera repetição, dificultando estes alunos a terem uma capacidade de socialização? É

¹⁴ “Disponível em”: <<http://www.oecd.org/education/talis-2018-results-volume-i-1d0bc92a-en.htm>>.” Acesso em”: <12/08/2019>.

importantíssimo lembrar que a socialização é fundamental para formação afetiva e emocional da criança.

Em vista disso, vale ressaltar que a aprendizagem é uma experiência social mediada pela utilização de instrumentos e signos, e pela interação entre a linguagem e a ação, destarte esse sistema muda a forma social e o nível de desenvolvimento cultural da humanidade, sendo que em todas essas atividades está o “outro”; parceiro de todas as horas, é ele que diz o nome das coisas, a forma certa de se comportar; é ele quem explica o mundo, quem responde aos “porquês”, atuado como grande intérprete do mundo. Este pensamento nos leva ao importante papel da escola, pois é o espaço em que o contato com a cultura é feito de forma sistemática, intencional e planejada e onde o professor deve mediar a aprendizagem possibilitando um grande avanço no desenvolvimento do indivíduo. A aprendizagem é, portanto, um processo essencialmente social, que ocorre na interação com os adultos e os colegas. O desenvolvimento é resultado desse processo, e a escola, o lugar privilegiado para essa estimulação. A educação passa, então, a ser vista como processo social sistemático de construção da humanidade.

Em suma, poderíamos dizer que, para Vygotsky, as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são indissociáveis, pois o indivíduo tem seu desenvolvimento movido por mecanismos de aprendizagem acionados externamente. Assim, o homem, ao buscar respostas para as necessidades de seu tempo histórico, cria, junto com outros homens, instrumentos que consolidam o desenvolvimento psicológico e fisiológico obtido até então. Os homens de outra geração, ao manusearem estes instrumentos, apropriam-se do desenvolvimento ali consolidado. Eles aprendem e se desenvolvem ao mesmo tempo, adquirindo possibilidades de responder a novas necessidades com a construção de novos instrumentos. Sendo assim, essa teoria mostra-se adequada para atividades colaborativas em rede, como fóruns e chats porque não há aprendizagem que não gere desenvolvimento; não há desenvolvimento que prescinde da aprendizagem. Aprender é estar com o outro, que é mediador da cultura.

Em virtude desta temática desenvolvida, é válido ressaltar que dentro da ótica de ensino aprendizagem é possível fazer uma aplicação prática sob a ótica do uso de tecnologias na concepção de Vygotsky e Piaget, tendo em vista que os fatores de interação social e capacidade de aprendizagem relacionados à idade estão inseridas neste contexto. Assim,

entendemos que dentro do planejamento de ensino com o uso de tecnologias de informação, a interação entre os grupos de estudo e pesquisa com a mediação do professor tornam aplicáveis as concepções de Vygotsky, porque segundo ele não existe “eu” sem o “outro”, pois a interação social é uma parte vital do processo de aprendizagem, segundo ele. Por este motivo pode-se destacar nesta interação as redes sociais com seus fóruns de debates que podem ajudar também no desenvolvimento da pesquisa com o uso de filmes na prática de ensino.

Já em Piaget observa-se que é importante levar em consideração a idade do aluno para que aplicação do uso das tecnologias de informação fique dentro da capacidade de compreensão de cada faixa etária estabelecida para a capacidade de absorção daquilo que lhe será ensinado, logo, o cuidado com o uso das tecnologias de informação precisa estar presente, É importantíssima a percepção do docente neste sentido porque toda a estrutura para se desenvolver o uso das tecnologias de informação dependerá exclusivamente de quão preparado está o profissional de educação para utilizar tal recurso.

É importante observar que as sugestões em teoria são mais fáceis de se absorverem, mas, e na prática? Como lidar com esse complexo retorno às aulas? É muito bem sabido por todos nós, principalmente os educadores, que na prática, muitas dúvidas permanecem nas cabeças de pais e educadores. Quais serão as prioridades no retorno às atividades escolares? De que modo o escalonamento deste retorno será feito? Como tornar efetivas as medidas sanitárias que são propostas por especialistas na área de saúde? E as crianças? Qual a melhor forma que poderemos usar para que elas mantenham, até que se consiga uma vacina para a COVID 19, o distanciamento social proposto? Como serão estabelecidas as prioridades escolares, tanto no setor público, bem como no particular, serão uniformes? Logo, por questão de coerência, sabemos que as medidas não poderão ficar restritas ao retorno durante as fases iniciais da flexibilização, mas a discussão precisa avançar para o período dos pós pandemia. Como isso será feito, levando em consideração de que os alunos não irão se tornar vetores do vírus e que a escola não se torne um ambiente de retransmissão da COVID 19?

Conversando sobre isso, também por WhatsApp com Talita Rabelo, estudante do sétimo período de licenciatura de História da UNIRIO modalidade semipresencial, que também é auxiliar de educação infantil, da rede pública do município de Volta Redonda-RJ no sul do estado do Rio de Janeiro. Fiz a seguinte abordagem: como você (Talita Ribeiro)

proporia o retorno do funcionamento das creches e do primeiro segmento neste período de pandemia e no pós - pandemia, tendo em vista a discussão da flexibilização e a intenção do retorno às atividades escolares em todos os níveis? Talita Ribeiro respondeu na íntegra minha pergunta e ainda fez uma curta abordagem sobre outros pontos relevantes, disse:

“Quanto às creches não imagino um retorno possível. As crianças exigem um cuidado e uma higiene maior que a de adolescentes ou crianças mais velhas. Ainda assim, a doença que nos assola exige um afastamento. Não podemos propor um retorno se há muitas escolas que não são abastecidas com material de limpeza e higiene nem normalmente, antes da pandemia. Em relação ao após esse dilema social e higiênico, penso que será necessária uma adaptação curricular para recuperar o tempo escolar perdido. Uma reformulação dos planos de curso com uma nova forma de programar as sequências de aprendizagem, em ciclos maiores, talvez. Dessa forma, os alunos não serão prejudicados pelo ano ao menos, pois haverá uma adaptação curricular. Incluo a educação infantil nesse novo programa. Quanto a educação como um todo, prevejo a possibilidade de uma transformação educacional: o maior uso das ferramentas tecnológicas para formação dos estudantes. O ensino à distância se tornou uma nova tendência pedagógica. Os problemas e os dilemas didáticos se transformam, por um lado, nesse paradigma. Temos que trabalhar para que todos tenham acesso às ferramentas tecnológicas. Por outro, lado, teremos que refazer os métodos didáticos para funcionarem na dimensão online. A mesma pergunta que um educador se faz na aula presencial ele se fará para o ensino à distância: como posso fazer para ensinar isso? As respostas integraram outros recursos: um vídeo, uma conferência, um chat de conversa. Qual meio posso usar para estimular os alunos e enviar a mensagem educacional? O estímulo é a cativar, despertar e provocar. A mensagem é o conteúdo, a informação e o conhecimento. Em relação à educação infantil temos um velho dilema: qual a função da creche? Muitos sistemas de ensino se afirmam como educacionais, mas na prática há necessidade de serem assistencialista. O cuidado não se distancia da educação. A motivação das creches e pré-escolas é o cuidado, a brincadeira, o afeto (o carinho). Sendo assim, teremos que cativar os pais e a família, para que à distância os pequeninos recebam o trabalho educacional da creche. A família é a base de formação, são as referências e que ensinam os princípios que esse indivíduo irá ter. E aí temos outro dilema da sociedade que é a ausência da família, os responsáveis. Qual o cuidado que a família tem com a criança até 3 anos de idade (creches) ou até 5 anos (pré-escolas)? Dessa forma, as creches têm uma missão, trabalhar com a família, isto é, os responsáveis, para alcançar os alunos”.

Em virtude do que fora discutido em todo esse artigo até este momento, podemos perceber que a questão da reabertura das escolas, em todos os níveis, não é algo de fácil resolução, com exceção, é claro daquelas que já são especializadas em Ensino à Distância, as quais fizeram poucas adaptações para manter o funcionamento destas instituições, como o sistema CECIERJ/CEDERJ, que é um consórcio de Universidades Públicas de Ensino à Distância e Semipresencial no estado do Rio de Janeiro. E para piorar, no dia de hoje, 29 de junho de 2020, o jornal O Globo publicou uma matéria que pode tornar mais complicado o retorno às aulas, pois o destaque da matéria é justamente o seguinte: “Pandemia da Covid-19 está 'longe de ter terminado', diz diretor-geral da OMS: 'O pior ainda está por vir'¹⁵”. Segundo a reportagem veiculada às 13:00 horas no dia 29 de junho de 2020 e atualizada no mesmo dia às 17:20 horas, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, além de ter feito o alerta que é o tema da reportagem disse também:

“Todos nós queremos que isso acabe. Todos queremos continuar com nossas vidas. Mas a dura realidade é que isso não está nem perto de terminar. Embora muitos países tenham feito algum progresso globalmente, a pandemia está realmente acelerando[...] A maioria das pessoas permanece suscetível, o vírus ainda tem muito espaço para se movimentar”¹⁶.

Todas estas informações demonstram que apesar da discussão sobre o retorno das atividades escolares precisa ser ampla, esta mesma discussão precisa também, infelizmente, ser muito rápida, tanto na criação de protocolos para o retorno durante a flexibilização, bem como o retorno no período pós – pandemia. Isso não leva uma outra questão, quando realmente reabrir as escolas?

A DISCUSSÃO DE QUANDO REABRIR

¹⁵ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/pandemia-da-covid-19-esta-longe-de-ter-terminado-diz-diretor-geral-da-oms-pior-ainda-esta-por-vir-24505218>>. Acesso em: 29/06/2020

¹⁶ Idem 14

Existe um momento certo para se efetuar a reabertura das escolas? O que pode ser considerado para que esse momento possa ser direcionado no melhor interesse dos alunos, principalmente as crianças? Sabemos que, sem sombra de dúvidas, as determinações sanitárias através dos procedimentos estabelecidos pelos órgão de saúde devem ser levados em consideração, no entanto, se faz mister, de forma mais urgente possível, considerar as questões pedagógicas e sociais que envolvem todos os atores envolvidos nesta reabertura, avaliando todos os riscos e benefícios oriundos desta reabertura. Por isso é importante? Segundo a reportagem BBC News Brasil¹⁷, na França, por exemplo, algumas escolas que reabriram tiveram de fechar temporariamente na semana seguinte, depois que surgiram 70 novos casos de covid-19 no ambiente escolar. Na Coreia do Sul, do mesmo modo que na França, algumas escolas também tiveram de fechar suas portas bem pouco depois de reabrirem, pois poucos dias após ocorreram novos picos nos casos da COVID-19. E segundo os números da reportagem, mais de cem escolas sul-coreanas também adiaram sua reabertura. Já no Reino Unido, vários grupos consideraram o mês de junho como prematuro para a reabertura das escolas, dentre eles, cientistas e gestores escolares, assim, mesmo com a autorização das autoridades governamentais, algumas escolas mantiveram as portas fechadas. Já na Escócia esta abertura está prevista para agosto utilizando um modelo híbrido, no qual parte dos estudos serão realizados em casa e a outra parte no ambiente escolar.

Diante destes exemplos, existem muitos outros é claro, pode-se notar que reabrir as escolas no Brasil não será um processo muito fácil, bem como garantir medidas de segurança e distanciamento social. O documento elaborado pela ONU objetivando a reabertura das escolas possui orientações interessantes sobre protocolo de higiene, e o mesmo pode ser adaptado à realidade brasileira. Uma das diretrizes destas orientações é a seguinte: “que os protocolos de reabertura sejam claros e de fácil entendimento, que educadores de grupos de risco sejam preservados do ambiente presencial. A ONU ressalta também que dentro deste protocolo, “que exames escolares não essenciais sejam adiados, que pagamentos de salários sejam preservados e que a higiene pessoal ganhe novo protagonismo neste período de pandemia”.

Para completar a discussão sobre a reabertura das escolas aqui no Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz produziu no dia 29 de junho de 2020 um documento que discorre sobre o

¹⁷ Disponível em : < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52944468>>. Acesso em 28/06/2020>.

retorno das atividades escolares no município do Rio de Janeiro¹⁸. Fica claro neste documento o seguinte ponto conforme destacado na página 16:

“Este relatório mostra que vários indicadores de saúde não foram atendidos para um retorno das atividades escolares de forma segura. Não atende a disponibilidade de leitos dentro da rede própria, não há uma queda sustentada na curva de casos e mortes, não apresenta indicadores para diagnóstico e testagem que garanta identificação de suspeitos/casos, dentro do prazo preconizado pela OMS e ainda a cidade mantém risco de contágio acima de 1, fora dos padrões considerados seguros para reabertura de escolas. ***Diante do exposto e da possibilidade de aumento de casos e óbitos no município do Rio de Janeiro, não se recomenda a abertura das escolas, no atual momento da pandemia pelo SARS-CoV-2***”¹⁹.(o grifo é meu).

Levando em conta que esta é uma das instituições mais respeitadas do mundo em área que envolve o desenvolvimento de pesquisas no combate contra vírus e bactérias nocivas ao ser humano, bem como especialista em combate às pandemias, epidemias, surtos e demais mazelas que afetam a saúde das pessoas, é preciso considerar com seriedade essa orientação. Por este motivo, é importante fazermos uma análise profunda, e mais urgente, para desenvolvermos as “fórmulas”, de acordo com as orientações sanitárias, para que as escolas não fiquem fechadas para sempre. Devemos considerar várias questões, tais como;

Como não existe fórmula mágica e de acordo com as várias informações, principalmente da FIOCRUZ, não teremos como retomar as atividades escolares neste ano de 2020, o que fazer? Que formas criaremos para educação das crianças brasileiras? De que maneira cuidaremos das nossas crianças e jovens para que a desigualdade social não se agrave de forma aguda? De que forma abordaremos este retorno levando em conta a socialização dos alunos? Até que ponto os pais, a comunidade escolar, as empresas, a imprensa e a sociedade civil em geral podem ser envolvidos neste retorno? A fala de

¹⁸Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/49297>>. Acesso em: <28/06/2020>.

¹⁹ Idem 17

Andreas Schleicher precisa ser levada em consideração, “sem educação não tem como existir a economia[...] o futuro dos nossos países depende da educação; as escolas de hoje serão a economia de amanhã”. O envolvimento de todos nesta questão é importantíssimo. Então o que pode ser feito agora? Desenvolvermos projetos para ajudar nesta questão tão emblemática. Quando falo de projetos, me refiro aos projetos da área de educação que tenham convergência com os protocolos sanitários, pois quem entende de educação são os educadores, e somos nós os principais atores na busca desta solução.

SUGESTÕES QUE PODERIAM SER ADOTADAS PARA O RETORNO DAS AULAS

Trabalhando como educador há 23 anos, esposo de uma professora de ensino fundamental do primeiro segmento, tenho uma filha de 15 anos cursando o primeiro ano do ensino médio da rede pública estadual, e tive o privilégio de publicar alguns artigos sobre educação; minha sugestão, apesar de aparentar radicalidade, **seria a suspensão do ano letivo, adiamento dos exames para o ensino médio e do ENEM**, para admissão dos alunos no segundo semestre, tanto para entrada no primeiro ano do ensino médio, bem como para a entrada no primeiro período da graduação. Essas medidas não seriam muito difíceis de serem tomadas em virtude da Medida Provisória 934, que busca adequar as atividades de ensino às restrições impostas pela pandemia²⁰. Essa MP pode ser considerada o primeiro passo para o enfrentamento da desintegração da educação e aumento da desigualdade social nas escolas. Desta feita, a sugestão dada neste artigo tem possibilidades reais de ser implementada na educação em nível nacional. Qual seria o objeto dessas medidas impactantes?

Isso permitiria que realizássemos um grande trabalho de treinamento para os docentes no uso das tecnologias de informação através de cursos à distância, de forma gratuita, é claro. Esses cursos seriam desenvolvidos e ministrados pelas instituições que já possuem experiência neste campo, como a Faculdade FAEL, UFSCar, UNESPAR, o Consórcio CECIERJ/CEDERJ das Universidades Públicas do Rio de Janeiro e todas as

²⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/camara-aprova-texto-base-de-mp-que-dispensa-minimo-de-dias-letivos-para-ensino-basico-carga-horaria-do-ensino-infantil-24508781>. Acesso em: <30/0/2020>.

instituições pertencentes à Universidade Aberta do Brasil, todas estas instituições seriam capitaneadas pelo MEC, aproveitando a experiência da FAEL na educação do Estado de São Paulo. Quando deveriam começar esses cursos? O mais tardar em agosto de 2020, durando até o fim do calendário escolar. Depois disso os professores teriam férias normalmente para recarregar as energias, e o ano letivo se iniciaria no primeiro dia útil de fevereiro. Como declarou a professora Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores da Educação Oficial do Estado de São Paulo), a aplicação do EAD sem a devida preparação dos profissionais de educação, os deixou sobrecarregando, estressados e exaustos. Se o profissional não está habilitado para exercer aquela atividade, podemos ter certeza de que o aluno será prejudicado.

Outro fator que seria consequência da suspensão é **o reaparelhamento técnico das escolas, adaptando-as à nossa realidade, criando condições para elas terem a capacidade de absorver o EAD**. Apesar de parecer utópico, isso é possível, pois trabalho em uma escola técnica da rede pública estadual do Rio de Janeiro, João Luiz do Nascimento, no município de Nova Iguaçu. Sendo que com poucos recursos, o diretor da unidade, Pedro William da Costa, conseguiu junto com sua equipe, aparelhar uma escola pública, em termos de tecnologia da informação, mesmo durante as várias crises econômicas vividas pelo estado do Rio de Janeiro. É válido lembrar que infelizmente os governantes não acompanharam a capacidade dos profissionais da unidade citada, logo, as dificuldades e depauperamento desta escola técnica pública se tornaram novamente premente. No entanto, é importante destacar que a corrupção ocorrida no Rio de Janeiro obliterou quaisquer tentativas de se melhorar a educação, mas existe uma “luz no fim do túnel” neste sentido. Essa unidade demonstrou isso.

A situação social dos alunos é também de suma importância e precisa ser levada em consideração. Como isso poderia ser feito? As unidades escolares através de suas equipes pedagógicas, em especial, Orientadores e Supervisores educacionais, em conjunto com as suas respectivas secretarias escolares, **fariam uma pesquisa social levantando as situações dos alunos que pertencem a estas escolas para saber a realidade de disponibilidade técnica destes alunos no que diz respeito às tecnologias de informação, verificando quais alunos não teriam condições de participar de aulas à distância por não possuir aparelhos e acesso à internet adequados**. Com este levantamento pronto, o que poderia ser feito? Lembrando a fala da professora Gabriela Laurindo da rede municipal de Duque de

Caxias- RJ sobre a questão de investimento mais significativo na educação, nossos olhos podem ser voltados para a China, a qual pode servir de exemplo, pois além do incentivo do envolvimento das empresas de tecnologia nesta empreitada, o governo, a Câmara Federal, principalmente, e os demais poderes, poderiam abraçar, por assim dizer, essa causa.

Mas **existe dinheiro para suprir as demandas de treinamento dos docentes, aparelhamento das escolas e a disponibilização das tecnologias de informação** para os alunos? Sim existe! Onde ele está? Se acessarmos o site da Transparência Brasil, descobriremos onde está o dinheiro²¹. De acordo com o site Transparência Brasil o dinheiro disponibilizado para o combate à COVID 19 é de R\$ 44,50 bilhões, mas as despesas executadas na ação do orçamento mencionado foi R\$ 13,98 bilhões, isso significa uma base de 44% do uso do dinheiro. Será que se esse dinheiro disponível pode ser usado no combate à COBVIDE -19 na educação? Não sou especialista em finanças públicas, mas acredito que se isso fosse feito, não haveria desvio de finalidade, mas mesmo se isso caracterizasse algum desvio, o parlamento, conjuntamente com o executivo teriam condições de resolver esse imbróglio, pois foi votado pelo Congresso Nacional um orçamento de guerra para tal finalidade, cujo o texto principal destaca o seguinte:²²

DECRETO Nº 10.360, DE 21 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020,

DECRETA:

²¹ Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-aco/es/acao/21C0-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus>>. Acesso em: <29/06/2020>.

²² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10360-21-maio-2020-790207-publicacaoriginal-160698-pe.html>>. Acesso em: 29/06/2020>.

Art. 1º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, de que trata o art. 1º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, observarão os seguintes critérios:

I - as programações orçamentárias cuja finalidade seja exclusivamente o enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos deverão conter o complemento "covid-19" no título ou no subtítulo da ação orçamentária, sem prejuízo de sua combinação com o marcador de que trata o inciso II;

II - as autorizações de despesas constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e de seus créditos adicionais abertos, que sejam direcionadas ao enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos, mas constem de programações orçamentárias que não se destinem exclusivamente a essa finalidade, deverão receber marcador de plano orçamentário cuja codificação será iniciada por "CV"; ou

III - as demais autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos que não puderem, por razões técnicas devidamente justificadas, ser identificadas na forma definida nos incisos I e II, deverão ser identificadas na forma a ser definida pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e disponibilizadas para acesso público em sítio eletrônico.

§ 1º Além das hipóteses previstas no caput, para fins do disposto no parágrafo único do art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 2020, consideram-se identificadas as autorizações de despesas destinadas ao enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos constantes do Anexo a este Decreto.

§ 2º Fica a Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia autorizada a editar normas complementares com o objetivo de implementar as regras estabelecidas neste artigo.

§ 3º A relação das despesas de que trata este Decreto será disponibilizada no Painel do Orçamento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, sem prejuízo:

I - de que haja outros meios de se promover a transparência dos recursos alocados para o enfrentamento da covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos; e

II - do disposto no inciso II do caput do art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 22/05/2020

Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/5/2020

A educação, infelizmente é vítima desta guerra e medidas emergenciais precisam ser tomadas para salvá-la. Outro valor que poderia também ser utilizado para tal fim é o dinheiro recuperado da corrupção pela justiça. Neste caso, o STF também poderia ser acionado. Mas e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)²³? Como este recurso é proveniente de impostos, é notório que o valor de arrecadação não cobriria as despesas em virtude da crise econômica que estamos vivendo por conta da pandemia. Temos também o Fundo Partidário, que de acordo com o TSE²⁴ o valor a ser repartido pelos partidos políticos é de R\$ 2 bilhões. Por que não destinar parte desse valor para o aparelhamento da educação através de algum projeto de lei? Não sou conhecedor profundo de finanças, pois sou educador, mas os especialistas na área poderiam sugerir várias opções para salvar a educação e tentar diminuir ao máximo a desigualdade social que a pandemia está causando.

É bem conhecido por nós que infelizmente a corrupção está transbordando em todos os entes da federação, por isso surge a pergunta, se o dinheiro for disponibilizado quem cuidará do mesmo? Minha sugestão é deixar a cargo dos secretários de Educação dos entes

²³ Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: <29/06/2020>.

²⁴ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Junho/tse-recebe-r-2-bilhoes-de-verbas-do-fundo-eleitoral-para-as-eleicoes-municipais-de-2020>>. Acesso em: <29/06/2020>.

federativos e dos municípios, sob a responsabilidade de supervisão natural dos poderes legislativos estaduais e municipais e principalmente dos Ministérios Públicos Federais e Estaduais, além do controle natural que é realizado pelos Tribunais de Contas de todas as esferas administrativas, com a disponibilização pública dos recursos repassados e dos recursos que estão sendo utilizados, para que a sociedade civil e seus órgãos de representatividade possam também fiscalizar para que não ocorra desvios de finalidades dos valores liberados. Levando em consideração que no Brasil se gasta cinco vezes mais com o preso do que com aluno, seria razoável considerar estas sugestões, pois com uma boa educação as carceragens e os presídios terão menos “candidatos”.

Quais passos seriam tomados para a aplicabilidade do retorno às aulas? Começemos a falar deste processo no Ensino Fundamental. A fala da estudante de História e funcionária da creche em Volta Redonda-RJ, Talita Ribeiro, converge com minha linha de pensamento. Como o cuidado com as crianças precisa ser redobrado, esse processo poderia ser feito com turnos alternado, um modelo híbrido, no qual parte dos estudos poderão ser realizados em casa e a outra parte na escola, com a reformulação dos planos de cursos, para que haja uma adaptação no currículo das crianças para recuperar o tempo perdido no início da pandemia, tanto nas creches, bem como na educação infantil de todo o primeiro segmento.

ALUNOS DO SEGUNDO SEGMENTO

Acho que este segmento é o mais complicado porque as variantes são muitas. Lembrando da fala da professora Gabriela Laurindo, que leciona no município de Duque de Caxias-RJ, e que está na linha de frente deste processo, é válido destacar as inúmeras dificuldades destes alunos, principalmente por conta da precariedade no acesso à tecnologia da informação e também pelo fato da maioria dos alunos deste segmento pertencer à população de baixa renda. Como equacionar o problema?

Acredito que as medidas que estão sendo tomadas nos países europeus e asiáticos podem ser fundidas aqui no Brasil. Neste segmento não teremos como criar muitas novidades, é seguir o que está sendo feito e adaptando à nossa realidade, aumentando gradativamente o número de alunos em sala de aula à medida que a pandemia vai sendo controlada, mas levando em consideração que as matérias deste segmento podem ser compiladas em um único volume, cujo os mesmos possam ser redistribuídos nos anos seguintes, sem prejuízo maior para os alunos. A socialização dos alunos é importante, por

este motivo, devemos pensar em retorno presencial, mesmo que o este seja feito de forma alternada como proposto.

O ano mais difícil deste segmento é o nono ano, porque os alunos sairão de suas escolas sem ter abrangido um conteúdo significativo, quantitativo e qualitativo. Tendo em vista os concursos para o ingresso nas escolas públicas do ensino médio, qual seria a solução para estes alunos? Como tenho afirmado neste artigo, não existe fórmula mágica para equacionar todos os problemas oriundos desta crise, no entanto, precisamos dar o primeiro passo. Logo, minha sugestão é a seguinte: adiar todos os concursos de admissão para o ensino médio em 6 meses. Estes receberiam as aulas de reforço complementares pelas escolas das quais foram alunos, uma espécie de “décimo” ano, no qual se reperia o máximo de conteúdo possíveis para estes alunos, uma exceção por conta destes períodos turbulentos. Ou seja, a admissão no ensino médio, quer através de concurso, quer através de inscrição normal seria feita no segundo semestre, o qual se iniciaria o ano letivo de 2020.

Nesta situação complexa, com certeza surgirá o questionamento sobre a defasagem do quadro de professores, principalmente porque a lei votada para socorrer os estados e municípios suspende a realização de concursos até dezembro de 2021, e para piorar, um grande número de professores é do grupo de risco e muitos também estão entrando com processo de aposentadoria. Então, quem poderia lecionar as aulas de reforço? Os alunos dos cursos de Licenciatura das Universidades Públicas que estejam no mínimo cursando o Estágio Supervisionado III, e que estejam cursando os períodos finais de suas respectivas faculdades. Os alunos que fizerem parte deste projeto, receberiam créditos adicionais em suas horas complementares na sua graduação, e se possível, uma ajuda de custo para deslocamento para as unidades onde lecionariam. Como isso seria feito? A SEEDUC- RJ já possui um projeto desta magnitude, tanto que no início da pandemia o CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA entrou em contato comigo enviando uma pesquisa para que eu pudesse me colocar à disposição como professor voluntário para tirar dúvidas dos alunos. O formulário ainda se encontra ativo no endereço: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdnJa1B_L0L3drgcnNqmfRwJBx84uPWbVP_rMSTi1EiZ-bVd6Q/viewform>. Os projetos políticos e pedagógicos ficariam a cargo das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em conjunto com as Universidades Federais Públicas, principalmente as universidades ligadas ao EAD, porque estas já possuem estruturas para implementar um processo de ensino semipresencial.

ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

A sugestão para os alunos do ensino médio passa pelos alunos do segundo segmento porque ao adiar o ano letivo para o segundo semestre de 2021, estes primeiros seis meses aparentemente ficariam “perdidos”, mas recuperar seis meses de início no ensino médio é menos difícil do que seis meses no término dele. No caso deste segmento, uma aplicação do EAD propriamente dito seria menos corrosivo do que no ensino fundamental. De acordo com a proposta sugerida de levantamento dos alunos que não tem acesso à tecnologia e à internet, e com investimentos maciços no aparelhamento das escolas e treinamento dos docentes, o retorno deste segmento poderia ser feito com 50% dos alunos assistindo aulas presenciais e 50% à distância. Quais alunos estariam nas aulas presenciais? De início, os alunos, que de acordo com o levantamento social a ser feito, tivessem menos acesso à tecnologia. No caso de uma escola técnica, as turmas se dividiriam pela metade nas aulas práticas, sendo que nestas aulas práticas se mesclariam os alunos que estão no EAD com aqueles que estão nas aulas presenciais para não criar diferença de classes sociais, bem como para promover a socialização destes alunos. Essa aplicação das aulas de laboratório também valeria para as aulas de educação física que poderiam ser feitas em ginásios grandes com os alunos afastados de acordo com as recomendações de saúde, assistidos pelo professor de uma distância segura e usando microfones. Mas e os alunos do terceiro ano?

Os alunos do terceiro, tal como os do nono ano precisariam de uma atenção mais personalizada, pois eles não teriam a mesma possibilidade de recuperação de conteúdo porque estão encerrando o ciclo escolar da educação de base. A minha sugestão seria propor o “quarto ano” para que eles possam receber os reforços devidos para participar não só do ENEM, mas também nos inúmeros concursos que surgem para as pessoas desta faixa etária. Como frequentar as aulas, levando em consideração que os protocolos de saúde solicitam a redução do número dos alunos na escola? Se adiarmos o início do primeiro ano escolar, proporcionaríamos a oportunidade destes alunos frequentem as aulas de reforço de forma presencial, e ao mesmo tempo treinaríamos estes alunos para serem, por assim dizer, tutores dos mais novos nas medidas de prevenção ao combate ao vírus, uma espécie de monitores sanitários. Não obstante, se as autoridades governamentais não permitirem o adiamento das seleções para a entrada no ensino superior, proporia o retorno antecipado destes alunos em relação aos das outras séries.

É importante ressaltar que existe uma diferença entre EAD e Ensino Remoto, pois como explica a professora Andrea Ramal²⁵,

“Na educação à distância, uma coisa muito importante é estabelecer comunidade virtual, criar sentimento de pertencimento, promover troca de experiências. Cuida-se mais do emocional dos alunos, para que não se sintam sozinhos. Existem ferramentas e ambientes virtuais para isso. Mas principalmente os professores precisam saber fazer. O que aconteceu foi muito isolado, com pouca criação de grupo e interação. Outra diferença são os materiais. Existe um profissional que se chama desenhista instrucional, que constrói material pensando no aluno à distância. Ele usa uma série de técnicas didáticas para isso. Na quarentena, o material foi basicamente o mesmo que seria dado em uma aula presencial. Para aprender à distância, é preciso ter muita disciplina, autonomia, motivação. Em faculdades, foram feitos estudos com professores com bons resultados. Um deles começava a aula comentando o noticiário. Os alunos participavam, e o engajamento aumentou. Quem não entrava passou a entrar. Não houve evasão; houve mais estudo, desempenho melhor. Um aprendizado que não foi de solidão”²⁶

Essa diferenciação do EAD com o Ensino Remoto já um passo significativo para tentarmos implementar um processo de reabertura das escolas, destarte, o maior erro cometido até agora foi justamente esse, não sabermos identificar as diferenças cruciais dos dois modelos, por este motivo, houve um entendimento equivocado por parte de muitos nesta questão, tanto que muitas secretarias de educação, induzidas por esse erro implementaram o ensino remoto como se fosse ensino à distância, sobrecarregando os docentes e não tornando o processo produtivo e nem inclusivo. Até porque os alunos não têm acesso completo ao material de ensino. Como bem explicou Andrea Ramal existem muitas plataformas gratuitas de ensino à distância, o sistema CECIERJ/CEDERJ usa a plataforma MOODLE. Consorte, o maior problema identificado por ela e por muitos é justamente a falta de capacitação do docente em utilizar estas plataformas. Assim é digo de nota mencionar que este tempo chegou. Precisamos implementar urgentemente esta minirreforma educacional, o sinal de

²⁵ Andrea Ramal é educadora e escritora. Doutora em Educação pela PUC-Rio, atua como comentarista sobre o tema na Rede Globo, no Encontro com Fátima Bernardes. É colunista do G1. Disponível em: <<http://andreamal.com.br/perfil/>>. Acesso em: <30/06/2020>.

²⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/ensino-remoto-nao-ensino-distancia-diz-especialista-em-educacao-1-24501996?versao=amp>>. Acesso em: <30/06/2020>.

alerta foi aceso, segundo Andrea Ramal, “... não se pode pensar mais o ensino de forma só presencial, tem que capacitar os professores, porque o futuro do ensino é híbrido. Mesmo sem pandemia, já deveríamos estar trabalhando desta forma. Os alunos amam tecnologia...”.

CONCLUSÃO

Os pontos principais a serem considerados para se pensar na reabertura das escolas são a desigualdade social e a capacitação dos docentes para implementação menos dolorida possível deste processo. Neste projeto precisamos entender a diferença entre ensino remoto e ensino à distância. Inserir as famílias no contexto do processo de abertura, porque as mesmas possuem um papel muito importante nele, pois é bem sabido por nós, que através de pesquisas os pais influenciam no desenvolvimento dos alunos, se atuarem de forma positiva. Podemos estar certos de que as notas dos alunos irão melhorar, assim teremos um índice menor de reprovação. Outro fator importante é a questão psicológica dos alunos, por isso uma reprovação em massa seria sumariamente negativa. O caminho é tentar, dentro deste período de reestruturação proposta, cuidar da parte emocional dos alunos dando uma assistência social mais ampla possível.

O nosso maior problema é que se discute muito a reflexão sanitária, que é importante, mas a educação está sendo discutida da forma errada, porque ela não é igual a uma construtora, empresa de ônibus, uma fábrica, indústria, clube de futebol, uma academia, um supermercado, um salão de beleza e etc. A educação é muito complexa. Alguns procedimentos adotados em alguns lugares, não necessariamente poderão ser adotados na educação. Assim, sugiro aos educadores, que estão na ponta do processo, aos especialistas em educação e a toda sociedade a se imbuírem num movimento muito forte para urgentemente estancarmos a sangria e colocar o “corpo” educacional para funcionar novamente.

É meritório destacar que o exercício escolar da análise crítica, com a mediação do professor; isso sem sombra de dúvidas vai ajudar no desenvolvimento da capacidade cognitiva dos alunos, dando aos mesmos uma condição de fazer uma leitura crítica e significativa do uso das tecnologias de informação, bem como as demais ferramentas necessárias para seu progresso. O professor precisa entender esta questão, mas se faz necessário a inclusão do uso das tecnologias de informação na grade curricular do docente. É necessário que o docente acompanhe o progresso tecnológico para ter condições de

acompanhar o pensamento dos alunos, e assim, poder desenvolver métodos de pesquisas que possam contribuir para a compreensão do saber deste aluno, a fim de que possa torná-lo um ser autônomo, pensante e com sua capacidade cognitiva desenvolvida.

No entanto, é de suma importância também que os professores se adaptem a este tipo de linguagem. Por este motivo, o governo precisa investir pesadamente na educação, aproveitando esse momento ímpar para a implementação de reformas básicas e estruturais na educação, que começa com a capacitação de seus profissionais. Assim como sugerem vários autores, as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios devem oferecer cursos para capacitar seu quadro docente. A permanente atualização pedagógica do professor é um fator primordial para alcançar êxito na sua prática docente. E a reflexão sobre a prática deve ser uma atitude pessoal do professor, um desejo seu, cabendo a ele a intenção de desenvolver suas habilidades didáticas com o fim melhorar suas aulas do ponto de vista metodológico. Nesse sentido, o conselho do educador Paulo Freire é fundamental: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

A GAZETA. **Corona vírus no mundo: como os países estão retomando as aulas:** Jornal A Gazeta; publicado em 07/05/2020 às 18:41, atualizado 08/05/2020 às 16:57. Disponível em: < <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/coronavirus-no-mundo-como-os-paises-estao-retomando-as-aulas-0520>>. Acesso em: <25/06/2020>.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente-** 1998. “Disponível em”: <drikabresileducacao.blogspot.com/2011/.../assman-hugo-reencantar-educacao-rumo.h>. “Acesso em”: <04/11/2018>.

BBC NEWS BRASIL. **Ensino a distância na quarentena esbarra na realidade de alunos e professores da rede pública:** Dani Borges de São Paulo para a BBC News Brasil. Disponível em : <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52568678>>. Acesso em: <27/11/2020>.

BBC NEWS BRASIL. **Corona vírus: as estratégias e desafios dos países que estão reabrindo suas escolas:** BBC Brasil, 24 junho 2020. Disponível em : <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52944468>>. Acesso em 28/06/2020>.

CHAPARRO, Laura. A medicina não é suficiente: por que precisamos das ciências sociais para acabar com essa pandemia (Artigo). Tradução de Bruno Leal. In: **Café História – História feita com clique.** Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ciencias-sociais-novo-coronavirus-pandemia/>. ISSN: 2674-5917. Publicado em: 20 abr. 2020.

EL PAÍS. “**Professores terão que mudar seu jeito de ensinar depois da quarentena**”: Ana Torres Menárguez, 23 abr 2020 - 14:14 BRT; Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-23/professores-terao-que-mudar-seu-jeito-de-ensinar-depois-da-quarentena.html>. Acesso em :<26/06/2020>.

FERRAZ, Ana Lúcia Marques Camargo. MENDONÇA, João Martinho de. **Antropologia Visual: Perspectivas de Ensino e Pesquisa**. Brasília- DF: ABA, 2014. 12 MB ; mobi ISBN 978-85-87942-26-5. “Disponível em”: <www.portal.abant.org.br > publicacoes2 > livros > antropologia_visual_-_An..>. “Acesso em”: <14/10/2019>.

FOLHA DE SÃO PAULO. Para 76% dos brasileiros, escolas devem continuar fechadas, aponta Datafolha: Jornal a Folha de São Paulo. Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/para-76-dos-brasileiros-escolas-devem-continuar-fechadas-aponta-datafolha.shtml> >. Acesso em: <27/06/2020>.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido** - 2003 “Disponível em”:https://books.google.com/books/about/Boniteza_de_um_sonho.html?hl=pt-BR&id. “Acesso em”:< 01/11/2018>.

HESPANHA, Antonio Manuel. **A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime, página 15 e 23**- Tempo, 2006 –“Disponível em”:< SciELO Brasil> “Acesso em”:<05/03/2019>.

Interdisciplinaridade: um novo paradigma do conhecimento? SMM Carneiro - Educar em Revista, 1994 - SciELO Brasil < acesso em 05/11/2018>.

Jonaedson Carino, Marcia Souto Maior Mourão Sá, Miguel Angel de Barrenechea Fundação Cecierj / Consórcio Cederj, 2018.

LOPES, L. (2011). PEÑA, M. D. L. J. P. **Interdisciplinaridade: uma questão de atitude**. In: FAZ ENDA , I. C. A. P. (Org.) Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001. 8. ed. p. 57-64. Revista Inter Ação, 36(1), 327-330. <https://doi.org/10.5216/ia.v36i1.15044>. “Disponível em”:<<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15044>>. “Acesso em”:<16/04/2019>.

LOPES, Paulo Cesar de Almeida Barros. **O uso de jogos no ensino e suas aplicações práticas**. *Educação Pública*, v. 20, nº 23, 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/23/o-uso-de-jogos-no-ensino-e-suas-aplicacoes-praticas>

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino) “Disponível em” : <<http://www.angelfire.com/ak2/jamalves/Abordagem.html>>. “Acesso em”: <01/07/2019>.

MORAES, Maria Candida. **Reencantando a educação a partir de novos paradigmas da ciência**- PUC/SP/Brasil. Out, 2004 – “Disponível em”: “Acesso em”: <08/11/2018>.

O GLOBO. **Câmara aprova texto-base de MP que dispensa mínimo de dias letivos para ensino básico e carga horária do ensino infantil.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/camara-aprova-texto-base-de-mp-que-dispensa-minimo-de-dias-letivos-para-ensino-basico-carga-horaria-do-ensino-infantil-24508781>. Acesso em: <30/0/2020>.

O GLOBO. **'Ensino remoto não é ensino à distância', diz especialista em educação:** Jornal O Globo; Danilo Perelló, publicado em 29/06/2020 - 07:00 / Atualizado em 29/06/2020 - 09:21. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/ensino-remoto-nao-ensino-distancia-diz-especialista-em-educacao-1-24501996?versao=amp>>. Acesso em: <30/06/2020>.

O GLOBO. **Pandemia da Covid-19 está 'longe de ter terminado', diz diretor – geral da OMS: o pior ainda está por vir': O Globo, publicado em 29/06/2020.** Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/pandemia-da-covid-19-esta-longe-de-ter-terminado-diz-diretor-geral-da-oms-pior-ainda-esta-por-vir-24505218>>. Acesso em: 29/06/2020.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social** - 2015 –“Disponível em”: < books.google.com>. “Acesso em”:<10/03/2019>.

PASINI, Cristiane Brand. **Aguçando a criatividade e alcançando a turma: o uso de jogos no ensino de história para além da teoria-** 2018. “Disponível em: <<http://confesimpohis2018.blogspot.com/p/agucandoa-criatividade-e-alcancando.html>>. “Acesso em”: <17/04/2019>.

PEÑA, M. D. L. J. P. **Interdisciplinaridade: uma questão de atitude.** In: FAZ ENDA , I. C. A. P. (Org.) Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001. 8. ed. p. 57-64. “Disponível em”:<<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15044>>. “Acesso em”:<16/04/2019>.

PERNAMBUCO. **Na Europa, escolas vão reabrir com distanciamento entre alunos:** Jornal Folha de Pernambuco; por Folhapress 21/04/20 às 17H00 atualizado em 21/04/20 às 17H09. Disponível em : <<https://www.folhape.com.br/noticias/na-europa-escolas-vaoreabrir-com-distanciamento-entre-alunos/137906/>> . Acesso em : <25/06/2020>.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética: sabedoria e ilusões da Filosofia; problemas de Psicologia genética.** Tradução Nathanael C. Caixeiro; Zilda A. Daeir e Célia E. A. Di Piero. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores).

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Cleiton de; BETTY, Christine ; ASSMANN, Hugo. **Da Teologia da Libertação à Educação para a Sensibilidade-** 2001. “Disponível em”: < www.unimep.br/~bpucci/artigo-hugo-assmann.pdf>. “Acesso em”:<19/04/2019>.

RIO DE JANEIRO. **Documento sobre retorno às atividades escolares no Município do Rio de Janeiro em vigência da pandemia Covid-19: Fundação Oswaldo Cruz –** 29/06/2020. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/49297>>. Acesso em: <289/06/2020>.

VIGOTSKI, Lev Semenovich . **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984._

_____ ; LURIA, Alexander Romanovich e LEONTIEV, Alexis Nikolaevich.
Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo, Cone, 1991.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Cesar de Almeida Barros Lopes', written in a cursive style.

PAULO CESAR DE ALMEIDA BARROS LOPES